

LAUDO DE VIABILIDADE ECONÔMICO-FINANCEIRA

**COMÉRCIO DE ALIMENTOS SANTA CRUZ LTDA
CNPJ 02.846.188/0001-19**

São Paulo, 18 de outubro de 2023

SUMÁRIO

1.	SUMÁRIO EXECUTIVO.....	4
2.	DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÕES.....	5
3.	QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO.....	6
4.	<i>DISCLAIMER</i>	7
5.	OBJETIVO.....	8
6.	OBJETO DE EXAME.....	8
7.	REFERÊNCIA NORMATIVA.....	8
8.	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....	9
8.1	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	9
8.2	DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	10
8.3	ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	11
8.4	FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL.....	11
8.5	EBITDA.....	12
9.	METODOLOGIA APLICADA.....	12
10.	EXAMES.....	13
10.1	O SETOR.....	13
10.2	A EMPRESA.....	15
10.2.1	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO.....	15
10.2.2	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO.....	17
11.	PROJEÇÕES.....	18
11.1	DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS.....	21
11.2	FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL.....	24
12.	EVIDÊNCIAS.....	27
13.	CONCLUSÕES.....	27
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	28

Tabelas

Tabela 1 - Exemplo de Fluxo de Caixa Operacional.....	11
Tabela 2: Composição Faturamento Da Santa, Jan a Jun/2023.....	13
Tabela 3: IPCA, PIB e SELIC, 2022 a 2026	14
Tabela 4: Demonstração de Resultados - Da Santa, 2020 a Jul/2023.....	16
Tabela 5: Demonstração de Fluxo de Caixa, Da Santa, 2021 a jul/2023.....	17
Tabela 6: Premissas para Projeção de Resultados e Fluxo de Caixa – Matriz Da Santa	18
Tabela 7: Fluxo de Pagamentos Previstos, PRJ e Extra RJ	19
Tabela 8: Premissas para Projeção de Resultados e Fluxo de Caixa – Novas Lojas Da Santa	20
Tabela 9: Expansão de Lojas Da Santa	20
Tabela 10: Demonstração de Resultados Projetada, Ano 1 a Ano 17.....	22
Tabela 11: Fluxo de Caixa Operacional Projetado, Ano 1 a Ano 17	25

Gráficos

Gráfico 1: Índice de Confiança do Empresário do Comércio (ICEC), 2018 a ago/23.....	14
---	----

1. SUMÁRIO EXECUTIVO

A companhia **Comércio de Alimentos Santa Cruz Ltda (CNPJ 02.846.188/0001-19)**, nome fantasia **Da Santa**, é um supermercado localizado na Rua Santa Cruz 1851, bairro da Vila Mariana, cidade de São Paulo (CEP 04121-002). Foi fundado em 1998 com o nome de Sacolão Saúde.

Em 2021, a empresa realizou investimentos com objetivo de ampliação e modernização de sua loja, adequando-a ao conceito de empório, proporcionando melhor experiência de compra e consumo. Tais investimentos foram realizados com recursos contratados através de operações com instituições financeiras, projetando-se o pagamento dos empréstimos a partir de aumento na receita oriundo da modernização da loja.

A receita, de 2021 para 2022, efetivamente apresentou crescimento, porém não o suficiente para que a empresa suportasse integralmente o compromisso financeiro. A empresa passou a buscar alternativas para que conseguisse encarregar-se de seu passivo com a minimização dos impactos sobre sua operação, empregados e fornecedores.

Desta forma, na data de 18/08/2023, a Empresa entrou com pedido de Recuperação Judicial conforme processo nº1114904-07.2023.8.26.0100 na 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do foro central cível da comarca de São Paulo/SP. O pedido foi deferido em 22/08/2023, data a partir da qual passou a contar o prazo de 60 dias para apresentação de seu Plano de Recuperação Judicial.

Neste contexto, a empresa solicitou a Grand Hill a elaboração de laudo para verificação da viabilidade econômico-financeira de sua operação e sua respectiva adequação ao fluxo de pagamentos proposto em seu Plano. Para tanto, interpretamos as informações apresentadas e identificamos requisitos relevantes para emissão de nossa opinião a respeito das evidências verificadas.

2. DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÕES

Os termos e expressões abaixo sempre que utilizados, conforme apropriado neste documento, terão os significados que lhes serão atribuídos neste item. As definições são aplicáveis no singular e no plural, no gênero masculino ou no feminino, sem que, com isso, observem alteração de significado. A lista abaixo não prejudica outras definições que venham a ser introduzidas ao longo de todo o documento.

- i. “Processo”: Processo nº 1114904-07.2023.8.26.0100, perante a 3ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do foro central cível da comarca de São Paulo/SP, que trata do Pedido de Recuperação Judicial da Empresa Da Santa;
- ii. “Empresa” ou “Da Santa” ou “Recuperanda”: Companhia “Comércio de Alimentos Santa Cruz Ltda” (CNPJ 02.846.188/0001-19), nome fantasia Da Santa, supermercado localizado na Rua Santa Cruz 1851, bairro da Vila Mariana, cidade de São Paulo (CEP 04121-002);
- iii. “Plano” ou “PRJ”: Plano de Recuperação Judicial elaborado pela Empresa para apresentação no Processo conforme exigência da LFRE.
- iv. “LFRE” ou “Lei 11.101”: Lei nº 11.101 de 09 de fevereiro de 2005, que regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária.
- v. “Laudo”: Refere-se ao presente Laudo de Avaliação Econômico-Financeira. É peça textual própria que visa expor opinião técnica e fundamentada a respeito do tema em análise.

3. QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO

GRAND HILL®¹, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 21.564.705/0001-01, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na rua Funchal, nº 418, 35º andar, CEP: 04.551-060, é um escritório de consultoria e estudos técnicos na área econômico-financeira. Pautando sua atuação pela excelência, aplica a exclusiva metodologia Visão Perene® no desenvolvimento de soluções *tailor made* em reorganizações societárias, governança corporativa, estratégia, estruturação de *funding* e complexos processos de mudança, tendo como premissa que a longevidade, em última instância, é o principal objetivo das organizações.

Técnicos Responsáveis:

Fábio Alexandre Siebert, Contador, inscrito no CRC SC-014499/O-4 TPR, pós-graduado em Contabilidade Gerencial e Auditoria (1995) pela FURB, especializado em Contabilidade Gerencial, Auditoria e Análises Econômico-Financeiras de Empresas, especializações nos Estados Unidos pela *Baldwin Wallace University* de Cleveland (OH) e *Siena College* de Albany (NY), e-mail fsiebert@grandhill.eu.

Marcello Chromiec Lauer, Administrador de Empresas inscrito no Conselho Regional de Administração do Paraná sob nº 9.917, no Cadastro de Auxiliares da Justiça do Tribunal de Justiça do Paraná - CPF nº 961.543.069-20 e Perito Judicial habilitado através de Certidão CRA/PR nº 009/2015, e-mail mlauer@grandhill.eu.



Empresa Signatária do Pacto Global da Organização das Nações Unidas



Anuário Quem é quem em Finanças Estruturadas Uqbar
Principais instituições do mercado brasileiro de finanças estruturadas



Prêmio “*The Best of The Best in Turnaround Management 2017*” – revista britânica AI Magazine Melhores escritórios de reestruturação de empresas do Brasil



Metodologia exclusiva para consultoria em *Value Creation Strategy Solution*



Certificação concedida a empresas reconhecidas como um excelente lugar para trabalhar



Empresa Cidadã: selo que certifica empresas parceiras do The Rotary Foundation em projetos humanitários

¹ © 2018 Grand Hill. Todos os direitos reservados.

4. **DISCLAIMER**

Este documento não deve ser manuseado ou distribuído em partes. Os resultados contidos neste material foram elaborados a pedido da empresa, porém esta e seus administradores (i) não interferiram, limitaram ou dificultaram, de qualquer forma, nosso acesso e nossa capacidade de obter e utilizar as informações, documentos ou metodologias necessários para produzir o Relatório, (ii) não determinaram as metodologias utilizadas para a elaboração da análise ou (iii) restringiram, de qualquer forma, nossa capacidade de determinar as conclusões apresentadas de forma independente neste Relatório.

As informações fornecidas pela empresa foram utilizadas como base para a realização dos estudos presentes neste documento. Confiamos que estas sejam verdadeiras, completas e precisas em todos os seus aspectos relevantes.

Chegamos a uma conclusão final com base nos resultados de toda a análise realizada, considerada como um todo, e não chegamos a conclusões baseadas em, ou relacionadas a qualquer dos fatores ou métodos de nossa análise tomados isoladamente.

Desse modo, acreditamos que nossa análise deve ser considerada como um todo e que a seleção de partes da nossa análise e fatores específicos, sem considerar toda a nossa análise e conclusões, pode resultar em um entendimento incompleto e incorreto.

Este documento foi elaborado pela Grand Hill através de sua equipe de profissionais. Estes não têm inclinação pessoal em relação aos temas abordados neste relatório e tampouco auferem qualquer vantagem com os resultados aqui apresentados, não havendo assim qualquer conflito de interesses que impeça a preparação deste estudo. As opiniões e conclusões expressas no presente relatório foram baseadas em dados, diligências, pesquisas e levantamentos verdadeiros e apropriados. Os honorários profissionais da Grand Hill não estão ou estiveram, de forma alguma, sujeitos às conclusões e opiniões manifestadas neste relatório.

5. OBJETIVO

Demonstração e verificação, nos termos da LFRE, da viabilidade econômico-financeira da Empresa em um futuro previsível para adequação do fluxo de pagamentos previsto em seu Plano de Recuperação Judicial.

6. OBJETO DE EXAME

Os exames foram realizados com base nas informações econômico-financeiras fornecidas pelo Da Santa, contemplando demonstrações contábeis consolidadas matriz e filial de 2020 a 31/07/2023.

7. REFERÊNCIA NORMATIVA

As normas internacionais de contabilidade, *International Accounting Standard, IAS*, atualmente denominadas *International Financial Reporting Standards, IFRS*, são um conjunto de pronunciamentos contábeis internacionais publicados pelo *International Accounting Standards Board, IASB*, ou Conselho de Normas Internacionais de Contabilidade.

Trata-se de regras, fundamentos e princípios que unificam os padrões contábeis. As normas são compostas de princípios que definem os critérios de contabilização de determinadas contas. Existem diferentes pronunciamentos que vão definir os critérios para as contas e, graças a eles, contadores de todo o mundo realizarão lançamentos e registros da mesma forma.

No Brasil, a regulamentação contábil é realizada através do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), responsável por emitir pronunciamentos chamados de Normas Brasileiras de Contabilidade (NBC), que trazem orientações e interpretações sobre o tema.

No caso em análise, aplica-se a seguinte norma:

PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 00 (R2) – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA RELATÓRIO FINANCEIRO, aprovado pela Coordenadoria Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 01/11/2019 de acordo com as disposições da Resolução CFC nº 1.055/05 e alterações posteriores. O Pronunciamento foi elaborado a partir do *Conceptual Framework for Financial Reporting* e sua aplicação, no julgamento do Comitê, produz reflexos contábeis que estão em conformidade com o documento editado pelo IASB.

PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 26 (R1) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, aprovado pela Coordenadoria Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 02/12/2011 de acordo com as disposições da Resolução CFC nº 1.055/05 e alterações posteriores. O Pronunciamento foi elaborado a partir do IAS 1 – *Presentation of Financial Statements* (BV2011), emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e sua aplicação, no julgamento do Comitê, produz reflexos contábeis que estão em conformidade com o documento editado pelo IASB.

PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 03 (R2) – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA, aprovado pela Coordenadoria Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em 03 de setembro de 2010, de acordo com as disposições da Resolução CFC nº 1.055/05 e alterações posteriores. O Pronunciamento foi elaborado a partir do IAS 7 –

Statement of Cash Flows (BV2010), emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e sua aplicação, no julgamento do Comitê, produz reflexos contábeis que estão em conformidade com o documento editado pelo IASB.

8. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

8.1 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

O CPC 26 (R1) (2011) tem como objetivo:

“definir a base para a apresentação das demonstrações contábeis, para assegurar a comparabilidade tanto com as demonstrações contábeis e de períodos anteriores da mesma entidade quanto com as demonstrações contábeis de outras entidades. Nesse cenário, este Pronunciamento estabelece requisitos gerais para a apresentação das demonstrações contábeis, diretrizes para a sua estrutura e os requisitos mínimos para seu conteúdo.”

Utilizada no presente relatório nos contextos da verificação de viabilidade e da projeção operacional da Empresa, a Demonstração do Resultado, segundo o pronunciamento, deve incluir, no mínimo, as seguintes rubricas:

“(a) receitas, apresentando separadamente receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos;

(...)

(d) tributos sobre o lucro;

(...)

(f) em atendimento à legislação societária brasileira vigente na data de emissão deste Pronunciamento, a demonstração do resultado deve incluir ainda as seguintes rubricas:

(i) custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos;

(ii) lucro bruto;

(iii) despesas com vendas, gerais, administrativas e outras despesas e receitas operacionais;

(iv) resultado antes das receitas e despesas financeiras;

(v) resultado antes dos tributos sobre o lucro;

(vi) resultado líquido do período.”

Segundo o CPC 00 (R2) (2019), “receitas (despesas) são aumentos (reduções) nos ativos, ou reduções (aumentos) nos passivos, que resultam em aumentos (reduções) no patrimônio líquido, exceto aqueles referentes a contribuições de detentores de direitos sobre o

patrimônio”. Estas rubricas, que devem estar detalhadas na Demonstração de Resultados, representam o desempenho financeiro da entidade.

8.2 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

O CPC 03 (R2) (2010), por sua vez, tem como objetivo:

“requerer a prestação de informações acerca das alterações históricas de caixa e equivalentes de caixa da entidade por meio de demonstração dos fluxos de caixa que classifique os fluxos de caixa do período por atividades operacionais, de investimento e de financiamento”.

A demonstração dos fluxos de caixa, segundo o pronunciamento, fornece um panorama da estrutura financeira da entidade, evidenciando as mudanças em seus ativos líquidos e sua capacidade de adaptação às circunstâncias e oportunidades. Além disso, o demonstrativo é útil também na avaliação da capacidade futura de geração de caixa de uma companhia e na comparação entre diferentes entidades, reduzindo efeitos gerados pela utilização de critérios contábeis diferentes.

Em sua construção, a demonstração prevê que sejam consideradas as atividades operacionais, as atividades de investimento e as atividades de financiamento na variação do caixa e equivalentes de caixa.

As definições destes termos, segundo o pronunciamento, são como seguem:

“Caixa compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis.

Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Fluxos de caixa são as entradas e saídas de caixa e equivalentes de caixa.

Atividades operacionais são as principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades que não são de investimento e tampouco de financiamento.

Atividades de investimento são as referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa.

Atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no capital de terceiros da entidade.”

8.3 ANÁLISE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis de uma empresa são um conjunto de relatórios que evidenciam sua situação patrimonial e financeira em um determinado período. A análise das demonstrações contábeis é, segundo Diniz (2015), “uma técnica que nos auxilia a avaliar a situação econômico-financeira das organizações, pois fornece diversos tipos de informações financeiras aos tomadores de decisão”. Três das principais demonstrações existentes são o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício e a Demonstração do Fluxo de Caixa, com respectivos objetivos de informar, principalmente, a posição financeira, a lucratividade e a capacidade de geração de caixa da companhia (STICKNEY e WEIL, 2012).

8.4 FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL

O fluxo de caixa operacional, conforme Kato (2012), compreende “os ganhos líquidos resultantes das atividades produtivas da empresa ou os resultados positivos provenientes de um investimento de longo prazo”.

Para apurar os resultados líquidos, consideram-se as receitas e despesas realizadas em cada um dos períodos, podendo ser apurado mensal ou anualmente de acordo com o tipo do projeto. Na apuração do fluxo de caixa operacional deve-se deduzir das receitas os custos, despesas e tributos e adicionar ao lucro líquido a depreciação e a variação da necessidade de capital de giro. Como explica Kato (2012), “é importante lembrar que as entradas de caixa representam recursos financeiros disponíveis e não o lucro contábil”, conforme tabela abaixo.

Tabela 1 - Exemplo de Fluxo de Caixa Operacional

Descrição	Período 1	Período 2	Período 3
(+) Receita Bruta			
(-) Deduções sobre a Receita			
(=) Receita Líquida			
(-) Custos e Despesas Operacionais			
(=) LADJIR			
(-) Depreciação			
(=) LAIR			
(-) Tributos sobre o Lucro			
(=) Lucro Líquido			
(+) Depreciação			
(+/-) NCG			
(-) Investimentos			
(+/-) Resultado líquido de Financiamentos			
(=) Fluxo de Caixa Operacional			

8.5 EBITDA

O EBITDA é um indicador financeiro utilizado para analisar a capacidade de geração de caixa de uma entidade. Seu significado deriva da sigla em inglês para *Earnings before Interest, Tax, Depreciation, and Amortization*, que pode ser traduzido para Rendimentos antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização. Os impostos referidos no termo são os impostos sobre o lucro.

Segundo Assaf Neto (2012), o EBTIDA “equivale ao conceito de fluxo de caixa operacional da empresa, apurado antes do cálculo do imposto de renda, e é um indicador do potencial de geração de caixa proveniente de ativos operacionais”.

9. METODOLOGIA APLICADA

Por meio da projeção de fluxo de caixa operacional, é estimada a capacidade de geração de caixa da empresa. Para tal, são consideradas diferentes premissas com relação ao comportamento da receita operacional, dos custos e despesas operacionais, dos investimentos e das atividades de financiamento da empresa, além da sua necessidade de capital de giro. A respectiva geração de caixa é utilizada como base para projeção do fluxo de pagamentos previsto em seu Plano de Recuperação Judicial.

As premissas são baseadas em informações econômico-financeiras da empresa, incluindo o histórico observado nas demonstrações contábeis.

No desenvolvimento do Relatório, foi adotada como metodologia a aplicação de testes de observância e substantivos contemplando a inspeção das demonstrações financeiras e do material disponibilizado pela empresa.

Quando necessário, foram realizados cálculos para conferência da exatidão aritmética de documentos comprobatórios e registros, bem como a revisão analítica para verificação do comportamento de valores significativos, mediante índices, quocientes, quantidades absolutas ou outros meios, com vistas à identificação de situação ou proporcionalidades.

10. EXAMES

A verificação de viabilidade econômico-financeira de uma companhia passa principalmente por dois aspectos: os fundamentos do mercado em que ela atua e sua capacidade operacional própria.

Desta forma, previamente à realização de projeções da geração de caixa da Empresa, foi realizada análise sobre o setor em que ela está inserida e sua situação patrimonial e financeira corrente.

10.1 O SETOR

Historicamente, o setor de comércio varejista, mais especificamente de hiper e supermercados, possui maior resistência a crises e turbulências econômicas por trabalhar com bens essenciais e grande variedade de produtos, permitindo ao consumidor a busca por bens substitutos e diminuindo, desta forma, os impactos negativos diretos de quedas na renda sobre o consumo da população. A inelasticidade da demanda permite, portanto, maior previsibilidade nas perspectivas de faturamento da Empresa. No caso do Da Santa, este fato é reforçado pelos principais grupos de produtos vendidos no 1º semestre de 2023, cuja essencialidade é significativa ao consumidor.

Tabela 2: Composição Faturamento Da Santa, Jan a Jun/2023

Grupo	%	% Acum.
SACOLÃO	18,0%	18,0%
PAS/CONGELADOS	11,0%	29,0%
AÇOUGUE	10,7%	39,6%
MERCEARIA SECA	10,3%	49,9%
FRUTAS NOBRES	8,8%	58,7%
FRIOS E LATICINIOS	6,6%	65,3%
MERCEARIA LIQUIDA	6,0%	71,3%
MERCEARIA DOCE	5,9%	77,2%
LIMPEZA/PERFUMARIA/HIGIENE	4,1%	81,3%
VERDURAS	3,5%	84,9%
PADARIA	3,3%	88,1%
PEIXARIA	2,7%	90,8%
OUTROS*	9,2%	100,0%

* Adegas, Oriental, Bazar, Rotisserie, Granel, Floricultura e Commodities

Além disso, as perspectivas futuras de médio prazo do setor são positivas, com projeção de continuidade no processo de queda da Taxa SELIC iniciado em agosto de 2023 e, de 2023 a 2026, período vital do processo de recuperação do Da Santa, arrefecimento da inflação e crescimento do PIB brasileiro. Estes fatores indicam um cenário de crescimento estável de renda e consumo no país em comparação aos últimos anos desde 2020.

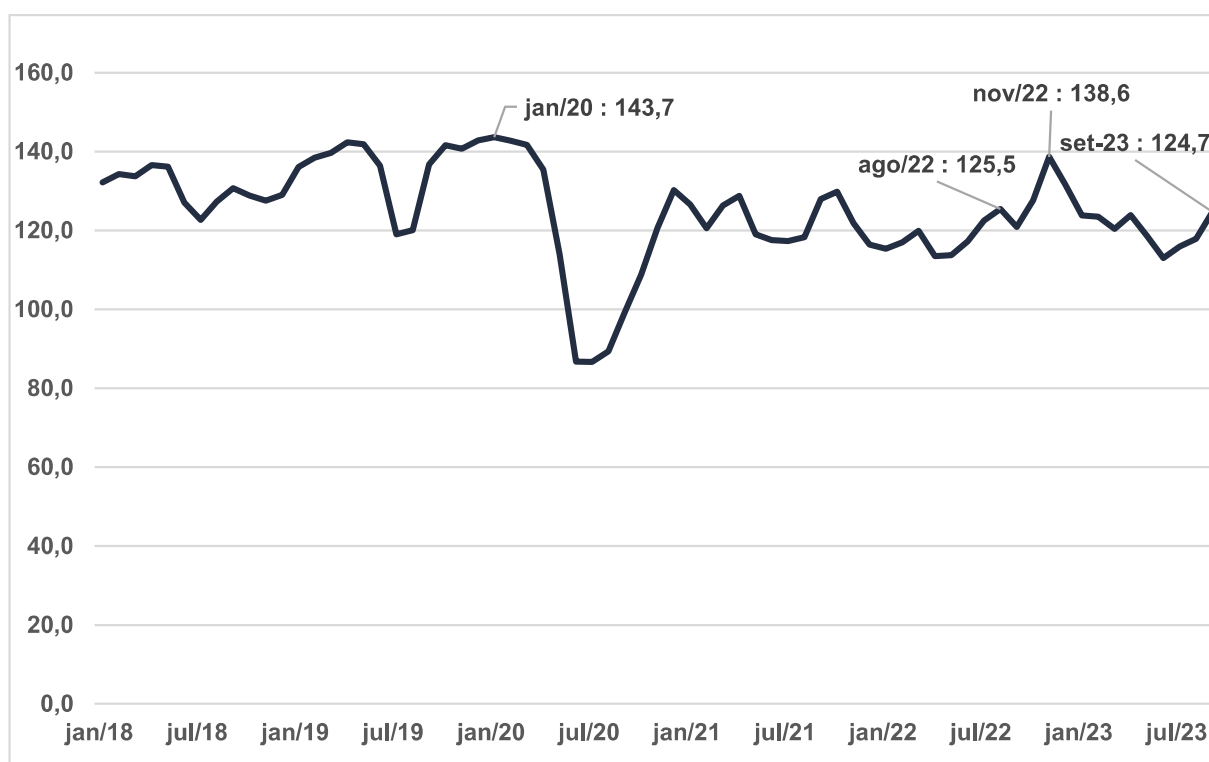
Tabela 3: IPCA, PIB e SELIC, 2022 a 2026

Variável	2022	2023	2024	2025	2026
	Observado	Projetado	Projetado	Projetado	Projetado
IPCA (a.a.)	5,79%	4,86%	3,86%	3,50%	3,50%
Δ PIB	2,90%	2,89%	1,50%	1,95%	2,00%
SELIC (a.a.)	13,75%	11,75%	9%	8,5	8,5

Fonte: Boletim Focus, 18/09/2023

Apesar disso, a confiança dos empresários do comércio em companhias com mais de 50 empregados, como é o caso do Da Santa, em setembro de 2023 ainda estava patamar próximo ao de agosto de 2022, sem recuperar o nível de janeiro de 2020. Neste intervalo, o índice elaborado pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP), observou crescimento de 10,4% até novembro de 2022, mas desde então apresentou queda de 18% até junho de 2023, mês com o menor valor do presente ano.

Gráfico 1: Índice de Confiança do Empresário do Comércio (ICEC), 2018 a ago/23



De julho a setembro, porém, o movimento foi de recuperação da confiança do empresariado, em linha com o início da queda da taxa básica de juros no país. Por este motivo, ainda que a confiança apresente comportamento estável desde a recuperação pós-pandemia da COVID-19, o panorama é de um cenário de melhoria e de ambiente econômico favorável ao setor dos supermercados a partir de 2024. Estas condições indicam, em cenário conservador, estabilidade no setor.

10.2 A EMPRESA

A Empresa é reconhecidamente estabelecida desde sua fundação há 25 anos, com sede bem ambientada e localizada em região que observa alta densidade populacional e grande circulação diária de pessoas. Além disso, a concentração de empreendimentos residenciais de grande porte na região, além de garantir fluxo de clientes, também representa barreira de entrada a concorrentes diretos em um futuro próximo.

Como forma de verificar a situação patrimonial e financeira da Empresa, foi realizada a análise de suas demonstrações contábeis mais recentes. Assim, para refletir sua respectiva capacidade operacional e sua geração de caixa, a Demonstração de Resultados e a Demonstração dos Fluxos de Caixa se encontram detalhadas.

10.2.1 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO

A estabilidade operacional e as perspectivas do negócio podem ser observadas na documentação contábil da Empresa. A Demonstração de Resultados desde 2020 até junho de 2023 é apresentada na Tabela 4.

Tabela 4: Demonstração de Resultados - Da Santa, 2020 a Jul/2023

Em R\$mil	2020	2021	2022	Até Jul/23
Faturamento Bruto	75.591	74.621	83.730	48.170
(-) Deduções s/ Receita	5.390	5.210	6.171	3.615
Tributos	5.351	5.164	6.111	3.573
Devoluções	38	46	60	42
(=) Receita Líquida	70.201	69.412	77.559	44.555
Receita Líquida (%)	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%
(-) Custo Diretos e Indiretos	48.985	48.044	52.238	27.047
CPV (%)	-69,78%	-69,22%	-67,35%	-60,71%
(=) Margem Bruta	21.216	21.368	25.322	17.508
Margem de Contribuição (%)	30,22%	30,78%	32,65%	39,29%
(-) Despesas	20.495	21.288	29.100	17.392
Administrativas	3.856	4.418	6.138	792
Comerciais	828	1.063	620	202
Tributárias	394	310	397	145
Pessoal	9.677	10.200	11.805	7.197
Operacionais	5.448	4.716	7.416	6.143
Resultado financeiro	292	580	2.724	2.914
(=) Resultado Operacional	721	80	3.778	116
Resultado Operacional (%)	1,03%	0,12%	-4,87%	0,26%
(+/-) Resultado Não Operacional	-	-	27	57
(=) Resultado Antes dos Impostos	721	80	3.805	58
(-) Tributos Sobre o Lucro	24	0	-	-
(=) Lucro Líquido	745	80	3.805	58
Lucro Líquido (%)	1,06%	0,12%	-4,91%	0,13%
EBITDA	1.348	1.140	163	3.342
EBITDA (%)	1,92%	1,64%	-0,21%	7,50%

A Empresa apresenta EBITDA médio mensal de R\$477.390,09 no ano de 2023, de janeiro a julho. O resultado, que representa 7,5% da receita líquida do ano, apresenta crescimento em relação aos anos anteriores, mostrando que a operação do Da Santa é positiva e com perspectivas de crescimento.

Neste período de 2023, a empresa observou um total de R\$2.953.327,20 em despesas financeiras, uma média de R\$421.903,89 por mês. Deste total, R\$1.250.391,76 (42,3%) foram referentes a Juros sobre Empréstimos e Financiamentos, enquanto os Juros Bancários (R\$708.740,18) representaram 24%. Resta evidenciado que as despesas financeiras levaram o Da Santa a apresentar resultado operacional próximo de zero no período, visto que a margem bruta é de 39,3% no ano e apresenta crescimento de 6,64p.p. em relação a 2022.

10.2.2 DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA – MÉTODO INDIRETO

A Tabela 5 mostra as variações do fluxo de caixa do Da Santa no período de 2021 a julho de 2023.

Tabela 5: Demonstração de Fluxo de Caixa, Da Santa, 2021 a jul/2023

Em R\$mil	2.021	2.022	jan/23	fev/23	mar/23	abr/23	mai/23	jun/23	jul/23
Lucro/Prejuízo Líquido do Período	80	-3.805	240	-194	22	36	108	-940	785
(+) Depreciação	478	653	57	57	57	58	27	28	28
Lucro/Prejuízo Líquido Ajustado	558	-3.152	297	-137	80	94	135	-912	813
Aumento (Redução) Ativos									
Cliente	-14	-1.091	519	-222	37	-211	592	351	-532
Empréstimos a Terceiros	-22	907	-115	-117	-83	-50	-32	-90	-81
Adiantamentos	-970	-573	-119	-131	-115	-75	-67	-8	-32
Outros Créditos	-1.983	-1.816	4.311	0	-13	18	46	-82	-45
Estoques	-940	-1.346	435	-465	-567	315	-488	826	-250
Aumento (Redução) Passivos									
Obrigações Trabalhistas	22	8	96	-84	222	86	49	71	-228
Obrigações Previdenciárias	82	221	-24	9	202	-457	212	211	213
Fornecedores	-664	-212	-1.861	1.084	556	-355	26	-390	41
Impostos a Recolher	-135	2.061	294	208	287	969	216	316	374
Contas a Pagar	115	205	392	93	-47	32	-41	150	-26
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	-3.950	-4.788	4.226	240	559	367	647	444	246
Aquisição de ativo imobilizado	-8.044	-898	-17	-8	-47	-41	-44	-57	7
Aumento na Conta de Investimentos Consórcios	-915	22	-11	-10	-10	-7	0	-10	0
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento	-8.959	-877	-28	-18	-58	-47	-44	-67	7
Captação/Pagto. de Empréstimos e Financiamentos	8.035	4.920	-3.107	-485	-469	-342	-630	-327	-267
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	8.035	4.920	-3.107	-485	-469	-342	-630	-327	-267
Aumento (Redução) de caixa e equivalentes de caixa	-4.875	-745	1.091	-263	32	-23	-27	50	-14
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	4.934	60	-626	466	203	235	212	186	236
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	60	-685	466	203	235	212	186	236	222

Além dos valores pagos em despesas financeiras no período, as atividades de financiamento (-R\$5.626.926,77) são também responsáveis pelo comprometimento da geração de caixa da empresa no ano de 2023. As disponibilidades da Empresa, de fevereiro a julho de 2023, apresentaram redução de 52,4%.

Apesar disso, a geração de caixa operacional no ano foi de R\$6.728.708,71, fato que demonstra a capacidade operacional do Da Santa.

A partir destes resultados recentes, de outras informações históricas e atuais do Da Santa, é possível projetar um fluxo de caixa operacional para avaliação de sua capacidade de funcionamento em um futuro previsível, bem como sua capacidade de pagamento do Plano de Recuperação Judicial proposto.

11. PROJEÇÕES

Para a projeção da Demonstração de Resultados e da Demonstração dos Fluxos de Caixa, foram consideradas inicialmente as premissas apresentadas na Tabela 6. O período considerado foi de 17 anos, tempo necessário para pagamento integral aos credores segundo proposta da Empresa constante no PRJ.

Foram considerados valores constantes para faturamento, custos, despesas e pagamentos aos credores, considerando que o índice de correção das parcelas previsto no Plano – o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) – representaria valor próximo à inflação observada pela Empresa em seus custos e preços de venda.

Tabela 6: Premissas para Projeção de Resultados e Fluxo de Caixa – Matriz Da Santa

Conta	Variável	Descrição
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
Faturamento		
Sazonalidade Mensal	Sim	Histórico de Variações Mensais
Faturamento Médio Mensal	R\$ 6.785.703	Valor Médio Mensal (Ano 1 - Ano 7)
Queda no Início RJ	-10%	Variação Faturamento 6 Primeiros Meses
Impostos sobre a Venda	7,30%	% do Faturamento Bruto
Devoluções e Descontos	0,01%	% do Faturamento Bruto
Custos da Mercadoria Vendida		
CMV	56,00%	% do Faturamento Bruto
Despesas		
Redução Despesas com Pessoal	-20,00%	Variação em relação ao observado 2023
Despesas com Cartões	1,81%	% do Faturamento Bruto
Despesas com Depreciação	-R\$ 45.000,00	Valor Mensal Médio Projetado
Tributação sobre o Lucro		
Regime de Tributação	Lucro Real	
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Variação Capital de Giro - Regular	R\$ 0,00	Operação sem Desencaixe
CAPEX	100%	% da Depreciação Mensal

O setor de supermercados é significativamente afetado pela sazonalidade nas vendas, portanto o histórico de variação mensal é utilizado nas projeções futuras. Da mesma forma, o percentual médio histórico de impostos sobre as vendas é refletido nas projeções.

Por conta do histórico estável da Empresa com relação a seus custos e sua margem bruta, foi utilizado CMV médio de 56% para o período projetado.

Com relação às despesas, é possível perceber medidas de gestão por parte da Empresa que buscam reduzir as saídas com as seguintes despesas: as Despesas com Pessoal observam redução de 20% em relação aos valores observados em 2023 por conta de medidas de gestão tomadas pela administração da Empresa a fim de permitir a equalização de seu passivo.

As Despesas com Cartões estão atreladas ao faturamento bruto e representam 1,81% da receita, percentual calculado a partir da participação histórica dos cartões nas vendas e das taxas de vendas no débito e no crédito. Por fim, as despesas com depreciação são estimadas em R\$45.000,00 mensais.

A variação do capital de giro e os gastos com bens de capital (CAPEX) foram estimadas considerando a situação da Recuperanda, que foca em recompor a depreciação de seu ativo e em manter suas obrigações em dia, ainda que o prazo de pagamento para alguns fornecedores tenha observado redução após seu Pedido de Recuperação Judicial.

Na projeção do caixa do Da Santa, foram consideradas as seguintes condições (Tabela 7) concernentes aos seus respectivos passivos, sujeitos ou não ao processo de Recuperação Judicial. Para o passivo fiscal do Da Santa, foi considerada proposta de pagamento em 120 meses, sem deságio.

Tabela 7: Fluxo de Pagamentos Previstos, PRJ e Extra RJ

Classe	Crédito Inicial	Deságio	Saldo a Pagar	Parcelas Mensais	Carência (Meses)
Classe I	724.700,60	0%	724.700,60	12	0
Classe II	0,00	0%	0,00	0	
Classe III	25.127.172,53	85%	3.769.075,88	180	24
Classe IV	1.755.934,12	35%	1.141.357,18	24	12
Total RJ	27.607.807,25	80%	5.635.133,66		
Fiscal	4.107.789,29	0%	4.107.789,29	120	0
Total Fora RJ	4.107.789,29	0%	4.107.789,29		

A Empresa forneceu também documentos de suporte referentes a um plano de expansão comercial já existente. Tal plano trata das condições de abertura de novas lojas como meio dar continuidade ao seu soerguimento e ao atingimento dos objetivos previstos no processo de Recuperação Judicial, sendo tais os benefícios sociais decorrentes da continuação de sua operação – a geração de receitas, emprego e renda, circulação de riquezas, bens e serviços, bem como o recolhimento de tributos.

As condições base para abertura de uma nova loja estão expressas na Tabela 8.

Tabela 8: Premissas para Projeção de Resultados e Fluxo de Caixa – Novas Lojas Da Santa

Conta	Variável	Descrição
DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS		
Faturamento		
Sazonalidade Mensal	Sim	Histórico de Variações Mensais
Faturamento Mensal	R\$ 4.000.000,00	Valor-Base a partir Ano 3
Ramp-Up 1º Ano	70%	% Sobre Faturamento Base
Ramp-Up 2º Ano	90%	% Sobre Faturamento Base
Impostos sobre a Venda	7,30%	% do Faturamento Bruto
Devoluções e Descontos	0,01%	% do Faturamento Bruto
Custos da Mercadoria Vendida		
CMV	56,00%	% do Faturamento Bruto
Despesas		
Despesas Gerais	-R\$ 787.942,17	Valor Base Mensal
Despesas com Pessoal	-R\$ 369.229,61	Valor Base Mensal
Despesas com Cartões	1,81%	% do Faturamento Bruto
Despesas com Depreciação	-R\$ 37.500,00	Valor Mensal Médio Projetado
FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL		
Capital de Giro Inicial - Expansão	R\$ 2.000.000,00	Valor Base
CAPEX Inicial	R\$ 5.000.000,00	Valor Base
CAPEX (Depreciação)	100%	% da Depreciação Mensal

A abertura de novas lojas foi considerada conforme prazos e condições apresentados na Tabela 9.

Tabela 9: Expansão de Lojas Da Santa

Lojas Adicionais	Início Desembolsos (CAPEX, Giro)	Carência Operação (Meses)	Início Operação	Tamanho Loja (% Base)	NCG Inicial	% CMV
Loja 1	Ano 3	8	Ano 4	55%	1.100.000	56%
Loja 2	Ano 5	6	Ano 6	60%	1.200.000	56%
Loja 3	Ano 10	6	Ano 10	50%	1.000.000	56%
Loja 4	Ano 14	4	Ano 15	50%	1.000.000	56%

11.1 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

A partir das premissas apresentadas, foi possível projetar os resultados operacionais da Empresa em um prazo de 17 anos. Os resultados são apresentados na Tabela 10.

A Empresa possui capacidade de apresentar EBITDA positivo médio de R\$411.778 ao mês durante o período analisado, demonstrando boa capacidade operacional e de melhoria a partir das decisões da gestão buscando maior eficiência operacional. O referido valor representa 4,3% da receita líquida no período, em conformidade com o histórico recente (2,6% desde 2020) somado às melhorias de gestão implementadas. O Da Santa possui, portanto, perspectivas positivas de viabilidade econômico-financeira.

Da mesma forma, é possível perceber que a instalação de 4 novas lojas permitiria o recolhimento adicional de tributos na magnitude de R\$63,1mi considerando os 17 anos analisados. Além disso, também acarretaria na geração de mais de 200 novos empregos no período.

Tabela 10: Demonstração de Resultados Projetada, Ano 1 a Ano 17

Em R\$1,00	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8
Receita Bruta	77.304.760	81.428.434	81.428.434	90.745.100	102.570.339	118.276.638	130.892.330	135.200.382
Deduções da Receita	-5.650.978	-5.952.419	-5.952.419	-6.633.467	-7.497.892	-8.646.022	-9.568.229	-9.883.148
Receita Líquida	71.661.513	75.484.158	75.484.158	84.120.708	95.082.704	109.642.443	121.337.190	125.330.754
Custos	-43.290.666	-45.599.923	-45.599.923	-50.817.256	-57.439.390	-66.234.917	-73.299.705	-75.712.214
Margem Bruta	28.370.847	29.884.235	29.884.235	33.303.452	37.643.314	43.407.526	48.037.485	49.618.540
%	39,6%	39,6%	39,6%	39,6%	39,6%	39,6%	39,6%	39,6%
Despesas	-25.258.368	-24.771.298	-24.773.189	-30.796.756	-35.056.447	-42.644.689	-46.349.461	-46.427.339
Despesas com Pessoal	-10.602.788	-10.602.788	-11.008.941	-13.039.704	-13.261.241	-15.698.157	-15.698.157	-15.698.157
Despesas Administrativas	-621.422	-621.422	-621.422	-621.422	-621.422	-621.422	-621.422	-621.422
Despesas Comerciais	-291.440	-291.440	-291.440	-291.440	-291.440	-291.440	-291.440	-291.440
Despesas Gerais	-12.124.048	-11.612.433	-11.208.171	-15.032.555	-18.856.938	-23.724.336	-27.201.048	-27.201.048
Despesas Financeiras	-1.618.669	-1.643.215	-1.643.215	-1.811.636	-2.025.405	-2.309.334	-2.537.393	-2.615.272
Resultado Operacional	3.112.479	5.112.937	5.111.047	2.506.695	2.586.867	762.837	1.688.025	3.191.201
%	4,3%	6,8%	6,8%	3,0%	2,7%	0,7%	1,4%	2,5%
Imposto Sobre a Renda	-803.730	-1.450.399	-1.449.756	-691.264	-647.979	-291.825	-413.468	-842.936
%	-1,1%	-1,9%	-1,9%	-0,8%	-0,7%	-0,3%	-0,3%	-0,7%
Lucro Líquido	2.308.749	3.662.539	3.661.291	1.815.432	1.938.888	471.011	1.274.556	2.348.265
%	3,2%	4,9%	4,9%	2,2%	2,0%	0,4%	1,1%	1,9%
EBITDA	4.191.148	6.216.152	6.214.261	3.902.081	4.319.772	2.937.171	4.202.918	5.783.973
%	5,8%	8,2%	8,2%	4,6%	4,5%	2,7%	3,5%	4,6%

Em R\$1,00	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14	Ano 15	Ano 16	Ano 17
Receita Bruta	136.628.434	145.098.131	155.462.789	159.245.612	160.628.434	160.628.434	174.818.653	181.031.743	184.255.608
Deduções da Receita	-9.987.539	-10.606.673	-11.364.330	-11.640.854	-11.741.939	-11.741.939	-12.779.244	-13.233.420	-13.469.085
Receita Líquida	126.654.558	134.505.967	144.114.006	147.620.682	148.902.558	148.902.558	162.056.891	167.816.426	170.804.949
Custos	-76.511.923	-81.254.953	-87.059.162	-89.177.543	-89.951.923	-89.951.923	-97.898.446	-101.377.776	-103.183.141
Margem Bruta	50.142.635	53.251.014	57.054.844	58.443.140	58.950.635	58.950.635	64.158.446	66.438.650	67.621.808
%	39,6%	39,6%	39,6%	39,6%	39,6%	39,6%	39,6%	39,6%	39,6%
Despesas	-46.453.154	-52.298.355	-55.962.433	-56.030.817	-56.055.814	-56.425.044	-64.322.235	-65.593.456	-65.651.735
Despesas com Pessoal	-15.698.157	-17.913.535	-17.913.535	-17.913.535	-17.913.535	-18.282.764	-20.128.912	-20.128.912	-20.128.912
Despesas Administrativas	-621.422	-621.422	-621.422	-621.422	-621.422	-621.422	-621.422	-621.422	-621.422
Despesas Comerciais	-291.440	-291.440	-291.440	-291.440	-291.440	-291.440	-291.440	-291.440	-291.440
Despesas Gerais	-27.201.048	-30.677.761	-34.154.473	-34.154.473	-34.154.473	-34.154.473	-39.948.994	-41.107.898	-41.107.898
Despesas Financeiras	-2.641.087	-2.794.197	-2.981.563	-3.049.947	-3.074.945	-3.074.945	-3.331.467	-3.443.784	-3.502.063
Resultado Operacional	3.689.481	952.659	1.092.411	2.412.323	2.894.821	2.525.591	-163.789	845.194	1.970.073
%	2,9%	0,7%	0,8%	1,6%	1,9%	1,7%	-0,1%	0,5%	1,2%
Imposto Sobre a Renda	-1.008.456	-373.578	-328.239	-627.478	-763.620	-653.486	-184.544	-292.934	-536.140
%	-0,8%	-0,3%	-0,2%	-0,4%	-0,5%	-0,4%	-0,1%	-0,2%	-0,3%
Lucro Líquido	2.681.025	579.081	764.171	1.784.844	2.131.201	1.872.105	-348.333	552.260	1.433.934
%	2,1%	0,4%	0,5%	1,2%	1,4%	1,3%	-0,2%	0,3%	0,8%
EBITDA	6.308.068	3.836.857	4.276.474	5.664.770	6.172.266	5.803.036	3.557.678	4.716.478	5.899.636
%	5,0%	2,9%	3,0%	3,8%	4,1%	3,9%	2,2%	2,8%	3,5%

11.2 FLUXO DE CAIXA OPERACIONAL

A Tabela 11 apresenta os resultados da projeção do fluxo de caixa da Empresa a partir da inclusão de contas não diretamente relacionadas ao resultado do período, como investimentos em bens de capital (CAPEX), necessidade de capital de giro e quitamentos de passivos – como os valores inclusos no PRJ, além do passivo fiscal da Empresa.

Foi considerado como premissa o saldo inicial zero a fim de captar os efeitos diretos da operação do Da Santa sobre a respectiva capacidade de geração de caixa e pagamento aos credores, de modo que o presente laudo analisa a viabilidade econômico-financeira da Empresa a partir da abertura do Processo até o horizonte de pagamentos previsto em seu PRJ.

A Empresa, ao final do período analisado de 17 anos, possuiria reserva de caixa de cerca de R\$4,1mi, de modo que flutuações nas premissas concernentes ao seu resultado ou à sua geração de caixa, assim como em fatores macroeconômicos que impactem sua atividade (juros, inflação, desemprego), possam ser suportados sem prejuízo tanto ao seu funcionamento quanto ao pagamento previsto dos credores no PRJ.

Tabela 11: Fluxo de Caixa Operacional Projetado, Ano 1 a Ano 17

Em R\$1,00	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Ano 6	Ano 7	Ano 8
Saldo Inicial	0	1.173.270	3.854.351	4.495.412	3.586.293	3.163.131	472.092	1.084.598
Lucro Líquido	2.308.749	3.662.539	3.661.291	1.815.432	1.938.888	471.011	1.274.556	2.348.265
(+) Depreciação	540.000	540.000	540.000	416.250	292.500	135.000	22.500	22.500
(+/-) Variação Capital de Giro	0	0	-1.100.000	0	-1.200.000	0	0	0
(=) Geração de Caixa Operacional	2.848.749	4.202.539	3.101.291	2.231.682	1.031.388	606.011	1.297.056	2.370.765
(-) CAPEX	-540.000	-540.000	-1.227.500	-2.478.750	-792.500	-2.635.000	-22.500	-22.500
(-) Depreciação	-540.000	-540.000	-540.000	-416.250	-292.500	-135.000	-22.500	-22.500
(-) Expansão	0	0	-687.500	-2.062.500	-500.000	-2.500.000	0	0
(-) Pagamentos RJ	-724.701	-570.679	-821.950	-251.272	-251.272	-251.272	-251.272	-251.272
Classe I	-724.701	0	0	0	0	0	0	0
Classe II	0	0	0	0	0	0	0	0
Classe III	0	0	-251.272	-251.272	-251.272	-251.272	-251.272	-251.272
Classe IV	0	-570.679	-570.679	0	0	0	0	0
(-) Parcelamentos Tributários	-410.779	-410.779	-410.779	-410.779	-410.779	-410.779	-410.779	-410.779
(=) Free Cash Flow to The Firm - FCFF	1.173.270	2.681.081	641.061	-909.119	-423.162	-2.691.039	612.506	1.686.214
Saldo de Caixa Acumulado	1.173.270	3.854.351	4.495.412	3.586.293	3.163.131	472.092	1.084.598	2.770.812

Em R\$1,00	Ano 9	Ano 10	Ano 11	Ano 12	Ano 13	Ano 14	Ano 15	Ano 16	Ano 17
Saldo Inicial	2.770.812	4.789.786	1.206.817	1.719.717	3.253.289	5.133.219	4.504.052	2.654.447	2.955.435
Lucro Líquido	2.681.025	579.081	764.171	1.784.844	2.131.201	1.872.105	-348.333	552.260	1.433.934
(+) Depreciação	22.500	-90.000	-202.500	-202.500	-202.500	-202.500	-390.000	-427.500	-427.500
(+/-) Variação Capital de Giro	0	-1.000.000	0	0	0	-1.000.000	0	0	0
(=) Geração de Caixa Operacional	2.703.525	-510.919	561.671	1.582.344	1.928.701	669.605	-738.333	124.760	1.006.434
(-) CAPEX	-22.500	-2.410.000	202.500	202.500	202.500	-1.047.500	-860.000	427.500	427.500
(-) Depreciação	-22.500	90.000	202.500	202.500	202.500	202.500	390.000	427.500	427.500
(-) Expansão	0	-2.500.000	0	0	0	-1.250.000	-1.250.000	0	0
(-) Pagamentos RJ	-251.272	-251.272	-251.272	-251.272	-251.272	-251.272	-251.272	-251.272	-251.272
Classe I	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Classe II	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Classe III	-251.272	-251.272	-251.272	-251.272	-251.272	-251.272	-251.272	-251.272	-251.272
Classe IV	0	0	0	0	0	0	0	0	0
(-) Parcelamentos Tributários	-410.779	-410.779	0	0	0	0	0	0	0
(=) Free Cash Flow to The Firm - FCFE	2.018.974	-3.582.969	512.900	1.533.573	1.879.929	-629.167	-1.849.605	300.988	1.182.662
Saldo de Caixa Acumulado	4.789.786	1.206.817	1.719.717	3.253.289	5.133.219	4.504.052	2.654.447	2.955.435	4.138.097

12. EVIDÊNCIAS

Com base nos exames realizados, obteve-se as seguintes evidências:

- i. O setor em que o Da Santa atua é estável e não possui perspectivas de mudanças desfavoráveis em um futuro previsível;
- ii. A empresa é operacionalmente viável com perspectiva de continuidade;
- iii. O reperfilamento de seu passivo é necessário para garantir a continuidade da Empresa;
- iv. A proposta de pagamento apresentada no Plano, caso sejam cumpridas e/ou observadas suas premissas, é passível de ser suportado pela Empresa;

13. CONCLUSÕES

Nossos trabalhos foram conduzidos de maneira independente, de acordo com os princípios éticos relevantes, e cumprimos com as demais responsabilidades profissionais. Aplicamos metodologia consagrada e as melhores práticas em análise e projeção econômico-financeira.

As análises foram lastreadas pelas informações e documentos fornecidos pela Administração e outras publicamente disponíveis e acreditamos que as análises realizadas formaram evidências suficientes e apropriada para fundamentar nossas conclusões.

Neste contexto, na nossa opinião, com base nas verificações realizadas até a data de emissão deste laudo, resta evidenciado com assecuração razoável que a empresa Da Santa está operando e continuará a operar em futuro previsível, a depender da reestruturação de seu passivo. Fica atestada a viabilidade econômico-financeira do Da Santa e sua capacidade de pagamento aos credores considerando as condições previstas no Plano de Recuperação Judicial.

Com base no exposto, é possível concluir que o Plano de Recuperação Analisado apresenta premissas econômicas e financeiras que, se cumpridas e/ou verificadas, têm condições de viabilizar a almejada reestruturação do Da Santa, permitindo, ao mesmo tempo, a continuidade dos benefícios sociais decorrentes de sua operação, no caso a geração de receitas, emprego e renda, circulação de riquezas, bens e serviços, bem como o recolhimento de tributos.

Sendo o que tínhamos para o momento,

FABIO ALEXANDRE

SIEBERT:55165516920

Assinado de forma digital por
FABIO ALEXANDRE

SIEBERT:55165516920

Dados: 2023.10.18 17:12:16 -03'00'

FABIO SIEBERT | *Senior Partner*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSAF NETO, Alexandre. **Estrutura e análise de balanços**: um enfoque econômico-financeiro. 10. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **CPC 00 (R2) - Estrutura conceitual para relatório financeiro**, 2019. Disponível em: www.cpc.org.br. Acesso em: set/2023.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa**, 2010. Disponível em: www.cpc.org.br. Acesso em: set/2023.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS (CPC). **CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis**, 2011. Disponível em: www.cpc.org.br. Acesso em: set/2023.

DINIZ, Natália. **Análise das demonstrações financeiras**. 1ª ed. Rio de Janeiro: SESES, 2015.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise Financeira de Balanços**: abordagem básica e gerencial. 7. Ed. São Paulo: Atlas, 2010.

STICKNEY, C. P.; WEIL, R. L.. **Contabilidade Financeira**. Tradução: Roberto Galman, Ana Lúcia Soave da Silva, Dircilene Fernandes Gonçalves, Fabio Larsson. 12ª ed. São Paulo: Cengage Learning, 2012.